

Governador de São Paulo veta a entrada de "Deus na Escola"

Ensino Religioso

Enviado por: Visitante

Postado em:06/11/2007

O governador de São Paulo, José Serra, vetou o projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa que implementava o ensino religioso como atividade extracurricular e facultativa.

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), vetou o projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa que implementava o ensino religioso como atividade extracurricular e facultativa no ensino fundamental da rede estadual. Como justificativa, Serra afirma que a decisão de incluir religião como disciplina extracurricular cabe às próprias escolas e não pode ser imposta pelo Executivo ou Legislativo. Em seu veto, o governador cita a Lei de Diretrizes e Bases, que diz que as próprias escolas devem definir a parte diversificada do currículo (as matérias tradicionais, como português e matemática, seguem a base nacional obrigatória). O projeto agora retorna para a Assembléia, onde o veto do governador será discutido e pode ser derrubado caso haja a concordância da maioria absoluta dos deputados. A proposta, chamada de "Deus na Escola", é de autoria da deputada Maria Lúcia Amary, líder do PSDB na Assembléia. A assessoria de imprensa da parlamentar não conseguiu localizá-la ontem. Na justificativa da proposta, Maria Lúcia afirma que a lei "visa possibilitar ao educando maior abertura e compromisso consigo mesmo, com o próximo e com Deus". Em artigo publicado pela Folha de S.Paulo, a deputada argumentou que o projeto "não pretende catequizar ninguém" nem escolher apenas uma religião a ser ensinada nas escolas. No texto, ela afirmou ainda que 'tentar impedir a entrada de 'Deus na Escola' é, no mínimo, um ato antidemocrático'. O projeto previa a criação de um "grupo de estudos formado por professores, pedagogos, estudiosos e representantes de diversas religiões para, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa, elaborarem um manual do projeto, homogêneo a todas as crenças".

Críticas O projeto sobre o ensino religioso causou polêmica. Também em artigo publicado pela Folha, a professora Roseli Fischmann, da Faculdade de Educação da USP, disse que a proposta 'contraria o princípio da laicidade do Estado, viola o direito à igualdade e à liberdade de consciência e de crença, dos alunos e dos grupos religiosos'. Fischmann, expert da Unesco para a Coalizão de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, disse ainda que 'implantar a divindade como matéria escolar, mediante o conceito de que seria possível homogeneizar as religiões e espiritualidades como ato de Estado, pode desenvolver disposição psicológica para discriminar e excluir todos os que não se submetem a semelhante padrão homogêneo'. Coordenadora do curso de pedagogia da Unicamp, Ângela Soligo afirmou ontem que concorda com o veto do governador. 'Não cabe à escola ensinar religião', disse. 'Não há neutralidade nesse assunto. Há religiões que têm mais ou menos prestígio. Isso se refletiria na inclusão da disciplina.' Outro veto Também segundo publicação do 'Diário Oficial' de ontem, Serra vetou projeto que pretendia incluir no currículo das redes pública e privada, de forma obrigatória, a disciplina de meio ambiente e ecologia. A matéria seria dada a estudantes da 3ª e 4ª séries do ensino fundamental. O programa foi proposto em 2004, pelo deputado Gilson de Souza (DEM). Como justificativa para o veto, Serra utilizou o mesmo argumento do usado no "Deus na Escola", o de que a inclusão de uma disciplina extracurricular é prerrogativa de cada escola. (Origem: Folha de S.Paulo - 13/10/2007 - 10h08) Fonte: GPER, 5 de novembro de 2007 Edit: Link não encontrado no dia 29/12/2009. Todas as modificações posteriores são de responsabilidade do autor original da matéria.